

ASSEMBLEIA SINDICAL DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES

MOÇÃO

1. BASTA DE INJUSTIÇAS E DESIGUALDADES

Após anos e mais anos de ataque sistemático aos direitos dos trabalhadores, de políticas salariais restritivas, de fortes limitações ao conteúdo das políticas sociais, nomeadamente no que toca à educação, saúde, segurança social e justiça, a que o Estado está constitucionalmente obrigado a desenvolver e de uma conduta patronal que, em geral, continua a apostar na matriz de mão-de-obra barata, precária e pouco qualificada, constata-se que no país não só se mantêm como se agravam os problemas estruturais que comprometem o nosso desenvolvimento.

Em contraste, é permitido um escandaloso aumento dos lucros e o enriquecimento dos detentores do poder económico e financeiro com crescente influência do capital estrangeiro, e em simultâneo a falta de investimento produtivo público e privado, factor determinante para uma política de desenvolvimento económico e social sustentados.

Esta política conduz à deterioração das condições de vida das famílias trabalhadoras e de parte significativa da população, provocando mais desigualdades, injustiças, quebras de solidariedade e o aumento da pobreza, situação que só não é bem mais grave porque os trabalhadores e os seus sindicatos têm vindo a desenvolver importantes lutas com resultados positivos e que obrigaram a recuos significativos na acção patronal e governamental.

Entretanto, são poucos os sinais de recuperação económica, pelo que o país, mesmo que cresça um pouco mais que o ano passado, continuará numa trajectória de afastamento do nível de vida comunitário.

A prioridade do actual Governo continua a ser a redução do défice público, pedindo exclusivamente novos sacrifícios aos trabalhadores e fragilizando cada vez mais o Estado Social.

2. O PAÍS PRECISA DE UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Já não se vê, porém, a mesma convicção quanto aos problemas de fundo que radicam na necessidade de aumentar a produtividade, sendo crucial um grande esforço na qualificação dos trabalhadores e no investimento; na modernização produtiva, pouco se sabendo do Plano Tecnológico, do qual os sindicatos estão afastados; no elevado nível de desemprego e no aumento do desemprego de longa duração; no elevado peso da economia clandestina; na precariedade de emprego que nega direitos elementares aos trabalhadores; no aumento do custo de vida; na redução do poder de compra dos salários; no bloqueamento e no ataque ao direito da contratação colectiva; na falta de aplicação das normas de trabalho, legais e contratuais; no condicionamento do acesso à justiça.

Sem uma estratégia de desenvolvimento que rompa com as políticas até agora seguidas e que envolva toda a sociedade, o país continuará a definir, a perder competitividade, a assistir à deslocalização de empresas, a ver o desemprego a aumentar.

3. PELA DEFESA DA SEGURANÇA SOCIAL

O Governo, influenciado por concepções neoliberais que marcam, no essencial, as suas políticas e optando claramente por não questionar e, muito menos, afrontar os interesses do poder económico e financeiro, pretende desenvolver e concretizar uma reforma da segurança social que se traduziria numa mudança profunda no sistema público da segurança social, querendo resolver os problemas da sustentabilidade financeira do sistema exclusivamente à custa da redução do valor das pensões para todos os futuros reformados. Mas as propostas avançadas conduziriam também ao aumento dos anos de trabalho para além da idade de reforma e à diminuição do poder de compra dos actuais reformados que mais contribuiriam para o sistema de segurança social.

Para tal, deita mão do aumento da esperança média de vida das populações e vira esse indicador de progresso social contra os próprios trabalhadores, quando esse novo cenário requer uma solução assumida de forma solidária por toda a sociedade.

O Governo dispõe de apoio das confederações patronais, porque as suas propostas se suportam apenas em mais sacrifícios dos trabalhadores. E, entretanto, os patrões esperam que o Sistema se vá degradando para, conjuntamente com as forças políticas mais conservadoras, o coloquem em causa como Sistema Público, Universal e Solidário.

A CGTP-IN considera inaceitáveis estas propostas, desde logo porque entende que os problemas da segurança social não se resolvem com a redução dos direitos.

Vale a pena reafirmar que os problemas que afectam o sistema da segurança social, os riscos que sobre ele pendem, decorrem da situação económica, da economia clandestina e da precariedade laboral e de outros factores de natureza estrutural.

Como a CGTP-IN sempre tem afirmado, os problemas da sustentabilidade financeira passam fundamentalmente pelo crescimento económico, por mais emprego, pela diversificação das fontes de financiamento, pela recuperação das dívidas e pelo combate à fraude e evasão contributiva.

A CGTP-IN reconhece os problemas do sistema público da segurança social e está disponível para encontrar soluções e medidas concretas com esse objectivo, na condição de serem salvaguardados os direitos fundamentais dos trabalhadores e não serem fragilizados os princípios básicos do sistema.

É nesse sentido que a CGTP-IN tem estado a agir em sede do CPCS, com forte sentido de responsabilidade e determinação na defesa dos seus pontos de vista, intervenção que, acompanhada pelas importantes acções já desenvolvidas pelos trabalhadores e sindicatos, tem vindo já a produzir alguns resultados significativos e que, por isso, importa dar continuidade.

Nesse quadro, a CGTP-IN, salienta que tem em preparação e irá apresentar propostas para financiar o fundo de estabilização da segurança social e reforçar financeiramente o sistema de

repartição. Simultaneamente irá prosseguir o esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores para a defesa do sistema público da segurança social.

4. UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE SIRVA O PAÍS E RESPEITE OS DIREITOS DOS SEUS TRABALHADORES

A modernização da Administração Pública passa necessariamente por uma reforma que melhore a capacidade de resposta às necessidades dos cidadãos, garanta os direitos sociais da população e respeite os direitos e os seus trabalhadores.

Contudo, as medidas que têm vindo a ser tomadas pelo Governo, designadamente os recentes projectos legislativos sobre *“Processos de reorganização dos serviços e racionalização de efectivos”* e o *“Regime comum de mobilidade entre serviços”*, acompanhados pelas chamadas *“Medidas especiais no âmbito do regime da função pública”*, pouco ou nada têm a ver com esse objectivo.

Não é com o ataque generalizado ao emprego público, precariedade, instabilidade e insegurança e com a ameaça de despedimentos dos trabalhadores da Administração Pública, com redução de vencimentos e das pensões de aposentação e recusando o direito constitucional à negociação colectiva, que se defende a modernização da Administração Pública.

Não se defende uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos, privatizando (externalizando) os serviços públicos, abrindo áreas de negócio com altas potencialidades de lucro nomeadamente ao capital financeiro, subordinando, assim, o Estado ao poder económico.

Os trabalhadores dos diversos sub-sectoros da Administração Pública (Administração Central e Local, Saúde, Ensino) têm vindo a desenvolver importantes acções de esclarecimento e lutas em defesa dos seus direitos e por uma Administração Pública que cumpra as funções sociais que o Estado está constitucionalmente obrigado a assegurar. A sua luta é do interesse de todos os trabalhadores.

A importância dos serviços públicos e o papel da Administração Pública na sua prestação à população em geral, impõem o maior empenhamento de todos os trabalhadores, na percepção das implicações que as políticas que o Governo vem impondo têm na sua vida e na das suas famílias, e na participação em lutas comuns.

A ASSEMBLEIA SINDICAL DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES, reunida em Lisboa, a 12 de Julho de 2006, decide:

- **Reclamar uma nova política, dado que é imperioso** que se dinamize o crescimento, impulse o sector produtivo e oriente o investimento para necessidades estruturais que sirvam a população, promovam o emprego com direitos e serviços públicos de qualidade, implemente a coesão social combatendo as desigualdades e injustiças e afirme a solidariedade como imperativo nacional. A não se observar uma nova política, os problemas dos trabalhadores e do País vão-se agravar e a situação económica e social continuará a degradar-se.

- **Rejeitar as propostas do Governo sobre a Segurança Social** que penalizam os trabalhadores, invocando o aumento da esperança de vida – importante factor de progresso social – para diminuir o valor das pensões a todos os futuros reformados, aumentarem os anos de trabalho e exigirem um maior esforço financeiro.
- **Apoiar as propostas da CGTP-IN** que garantem a defesa e a melhoria da segurança social, declarando que a sustentabilidade do sistema não pode ser feita à custa dos direitos sociais.
- **Intensificar a luta pelo direito à contratação colectiva**, com vista a garantir condições de trabalho dignas e a melhoria do poder de compra dos salários e exigir a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho.
- **Exigir medidas concretas de combate ao desemprego e à precariedade**, assim como ao trabalho não declarado e ilegal e uma acção fiscalizadora eficaz que ponha termo aos abusos e ilegalidades praticadas em muitas empresas.
- **Lutar por uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos** com prestação de serviços de qualidade e que respeite os direitos e dignifique os seus trabalhadores.
- **Saudar e solidarizar-se com todos os trabalhadores em luta** no sector privado e no sector público, nomeadamente os trabalhadores da Administração Pública, OPEL, METRO, Hotelaria, Metalurgia, PT, CTT, Indústrias Eléctricas, SOFLUSA, TRIUMPH INTERNATIONAL.

Os representantes dos trabalhadores assumem o compromisso de prosseguir e intensificar a dinamização do esclarecimento e mobilização dos trabalhadores a partir do local de trabalho, com vista ao desenvolvimento da luta nas empresas, sectores e regiões, de forma coordenada e convergente, no sentido de dar mais força e eficácia às suas reivindicações laborais e sociais e à inversão das actuais políticas. Perante a perspectiva do prosseguimento da ofensiva contra os direitos sociais e laborais, os trabalhadores responderão com a unificação das suas lutas e a realização de **uma acção nacional de luta a concretizar no início do próximo mês de Outubro.**

Lisboa, 12 de Julho de 2006

A Assembleia Sindical de Representantes dos Trabalhadores